

Open Co Tecnologia S.A

**Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de
2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, da Open Co Tecnologia S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Operacionalização: A Companhia tem por objeto a operação da plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende as atividades de correspondente bancário, nos termos da regulamentação aplicável, a manutenção e o gerenciamento de informações cadastrais, a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas, a avaliação de risco de crédito, o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros e a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes.

Desempenho: A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com um prejuízo de R\$ 87.970 mil (R\$ 66.964 mil em 31 de dezembro de 2021) e ativos totais de R\$ 153.336 mil (R\$ 43.435 mil em 31 de dezembro de 2021). Tal desempenho está respaldado em uma estratégia de crescimento acelerado, típico de *startup*, a qual exige um investimento grande em aquisição de clientes, o qual colocou a Open Co nas principais mídias.

Espera-se, assim, um crescimento da base de clientes e *payback* do investimento entre um e cinco anos, via receitas de serviços oriundas dos empréstimos gerados.

Após esse período, espera-se a destinação de 25% do lucro líquido do exercício para pagamento de dividendo obrigatório, após a dedução de 5% para reserva legal, conforme previsto em seu Estatuto.

Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de parcerias pela confiança e pela credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e pelo empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

A ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 27 de julho de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre

A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Administradores e Diretores da

Open Co Tecnologia S.A

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Open Co Tecnologia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Open Co Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Planos de opção de compra de ações

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Open Co Holding Limited (controladora da Open Co Tecnologia S.A.) oferece eventualmente plano de opção de compra de ações a alguns executivos, incluindo executivos de suas controladas como a Open Co Tecnologia S.A. (“Companhia”). Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo, mensurado pela Administração, referente ao plano de opção de compra de ações oferecido aos executivos da Companhia representa o montante de R\$72.751 mil (R\$43.091 mil em 2021). A Companhia não observou as disposições do CPC 10, o qual requer o reconhecimento contábil do valor justo das opções outorgadas durante o período de contrapartida do serviço dos executivos. Se o reconhecimento do valor justo tivesse sido efetuado, conforme mensuração efetuada pela Administração, o resultado do exercício teria sido afetado pelo reconhecimento de despesa, no montante de R\$ 29.660 mil (R\$ 31.342 mil em 2021).

Valores correspondentes

Em 29 de março de 2022, emitimos um relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Se a Companhia tivesse observado as disposições do CPC 10, o resultado do exercício teria sido afetado pelo reconhecimento de despesa apresentado nas demonstrações financeiras do exercício corrente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

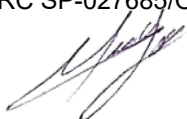
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 27 de julho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-027685/O-0 'F' SP



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

OPEN CO TECNOLOGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, salvo disposição em contrário)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	129.642	9.812	Fornecedores e outras contas a pagar	13	4.872	4.360
Contas a receber	8	1.754	1.423	Salários e benefícios	14	16.678	11.858
Outros ativos	9	2.408	21.218	Contingências	15	37	97
Direito de Uso - Arrendamento	10	286	-	Impostos a recolher	16	563	360
Total ativo circulante		134.089	32.453	Passivo de arrendamento	10	180	396
				Total passivo circulante		22.330	17.069
				Outros passivos	17	6.986	-
				Passivo de arrendamento	10	-	306
				Total passivo não circulante		6.986	306
Aplicações financeiras	7	2.253	361				
Direito de Uso - Arrendamento	10	-	714	Capital social	18	420.000	221.000
Imobilizado	11	2.401	1.441	Prejuízos acumulados		(295.980)	(194.940)
Intangível	12	14.593	8.466	Total do patrimônio líquido		124.020	26.060
Total ativo não circulante		19.247	10.982				
Total ativo		153.336	43.435	Total passivo		153.336	43.435

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

OPEN CO TECNOLOGIA S.A.
Demonstrações dos resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, salvo disposição em contrário)

	Notas	2022	2021
Receita de serviços	19	29.208	29.048
Custos de serviços	20	(12.207)	(12.062)
Lucro Bruto		17.001	16.986
Despesas gerais e administrativas	21	(48.774)	(40.618)
Despesas com pessoal	22	(56.032)	(41.638)
Despesas de depreciação e amortização	10-11-12	(1.150)	(753)
Resultado antes da receitas (despesas) financeiras líquidas		(88.955)	(66.023)
Receitas financeiras	23	7.666	504
Despesas financeiras	23	(18.298)	(1.446)
Despesas financieras líquidas		(10.632)	(941)
Resultado não operacional	24	11.617	-
Prejuízo		(87.970)	(66.964)
Quantidade de ações		10.225	4.044
Prejuízo por ação		(8,60)	(16,00)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

OPEN CO TECNOLOGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, salvo disposição em contrário)

	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		137.824	(1.962)	(127.976)	7.885
Aumento de Capital		155.000	1.962	-	156.962
Capital Social a Integralizar		-	(71.824)	-	(71.824)
Prejuízo do exercício		-	-	(66.964)	(66.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		292.824	(71.824)	(194.940)	26.060
Aumento de Capital		157.176	- 157.176	-	-
Integralização de capital social	18	-	199.000	-	199.000
Lucro (Prejuízos) acumulados	18	-	-	(13.070)	(13.070)
Prejuízo do exercício		-	-	(87.970)	(87.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		450.000	(30.000)	(295.980)	124.020
<i>Varição das mutações em 2022</i>		<i>157.176</i>	<i>41.824</i>	<i>(101.040)</i>	<i>97.960</i>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

OPEN CO TECNOLOGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, salvo disposição em contrário)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(87.970)	(66.964)
Resultado abrangente total do exercício	(87.970)	(66.964)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

OPEN CO TECNOLOGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, salvo disposição em contrário)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(87.970)	(66.964)
Ajustes de		
Depreciação	3.240	2.989
Baixa de imobilizado	29	5
Juros sobre arrendamento	193	114
Provisão para Contingências	(60)	(13)
Aquisição de imobilizado - incorporação	(799)	-
Aquisição de Intangível - incorporação	(85)	-
Outros ganhos/ (perdas) de Capital	(13.070)	-
 Variação no capital circulante:		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(1.892)	(15)
(Aumento) em contas a receber	(330)	95
(Aumento) redução em outros ativos	18.811	(20.696)
Aumento (Redução) em contas a pagar	512	2.605
Aumento (Redução) em salários e benefícios	4.820	6.937
Aumento (Redução) em impostos a recolher	204	29
Pagamento de Arrendamento	(715)	(505)
 Caixa utilizado nas atividades operacionais	(77.110)	(74.914)
 Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(77.110)	(74.914)
Outros Passivos	7.599	-
Outros Passivos - Pagamentos	(613)	-
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	199.000	85.138
 Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	205.986	84.633
Aquisição de imobilizado	(843)	(846)
Aquisição de Intangível	(8.203)	(937)
 Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(9.046)	(1.783)
 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	119.830	7.936
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.812	1.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	129.642	9.812
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	119.830	7.936
	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Open Co Tecnologia S.A. é uma sociedade por ações constituída em 17 de julho de 2014, domiciliada no Brasil, subsidiária da Open Co Holding Limited, com sua sede social na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia tem por objeto a operação de plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende: (i) a manutenção e gerenciamento de informações cadastrais; (ii) a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas; (iii) a avaliação de risco de crédito; (iv) o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros; (v) a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes; e (vi) o recebimento de depósitos e pagamentos de títulos por conta e ordem de terceiros.

Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Open Co S.A. eram adquiridos pela Ruge Securitizadora, parte relacionada, com recursos captados por meio da emissão de debêntures (ou seja, as cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores servem de lastro para a emissão de debêntures pela Ruge), e pelo Open Co Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II, constituído sob a forma de condomínio fechado, e que objetiva proporcionar rendimento a seus cotistas através da aquisição de direitos creditórios originados na plataforma.

O plano da Companhia para reverter os resultados negativos baseia-se na estratégia de manterem altos níveis de investimentos em campanhas de marketing e aquisição de clientes, a fim de alavancarem as originações do grupo.

Essa estratégia implica em operarem com prejuízos nos primeiros anos, até que o crescimento no volume paulatinamente supere os valores investidos, e passe a gerar lucro.

Até que se atinja o equilíbrio, a Open Co possui o compromisso por parte dos investidores de manterem a Companhia capitalizada, de modo que, no exercício de 2022, foram subscritos R\$ 157.176 e integralizados R\$ 199.000.

O objetivo é que a Companhia, dentro do contexto do grupo, seja um dos principais participantes para extrair riqueza do mercado de crédito, o qual viverá um ciclo totalmente novo, auxiliado pela facilidade do brasileiro em adotar novas tecnologias e impulsionado pelo novo ambiente regulatório com o open banking.

Visando alcançar um maior número de clientes no mercado a Open Co Tecnologia decidiu unificar suas plataformas e tecnologias, incorporando uma das empresas do grupo a Open Co Correspondente Bancário Ltda. na data de 01/12/2022 trazendo seus ativos e passivos bem como os resultados acumulados para uma melhor eficiência em seus negócios.

A Open Co Holding Limited (controladora da Open Co Tecnologia S.A.) oferece eventualmente plano de opção de compra de ações a alguns executivos, incluindo executivos de suas controladas como a Open Co Tecnologia S.A. (“Companhia”). Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo referente ao plano de opção de compra de ações oferecido aos executivos da Companhia representa o montante de R\$72.751 mil (R\$43.091 mil em 2021) com registro previsto na rubrica de lucros e prejuízos acumulados em contrapartida de reserva de capital, sem impacto no patrimônio líquido tais efeitos estão refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Open Co Holding Limited.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pela Diretoria em 27 de julho de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil dos bens do imobilizado e intangível e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Companhia tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, no fechamento das demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

6.2 Reconhecimento de receitas

As principais fontes de receitas estão descritas a seguir:

Serviços de originação de empréstimos, equivalente a 4,5% alterado para 5,5% a partir do dia 16/09/2022 sobre o valor do principal concedido aos tomadores de empréstimos na plataforma digital da Open Co Tecnologia S.A (“Open Co Tecnologia”);

Prestação de serviços de avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Open Co Tecnologia, equivalente a 1% (1ª a 4ª emissão de debêntures* até agosto de 2020) ou 3% (9ª emissão e 1ª a 4ª emissão de debêntures, atual 8ª emissão, após suas unificações, a partir de setembro de 2020 e 5ª a 7ª emissão de debêntures*) dos recebimentos totais (CCBs de rating A até E).

Serviços de correspondente bancário, prestados pela Open Co Tecnologia varia entre de 3,5% a 5% sobre o valor do principal concedido.

- (*) Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Open Co Tecnologia são adquiridos pela Ruge Securitizadora S.A., parte relacionada, com recursos captados por meio da emissão de debêntures, conforme descrito na nota 1.

A receita de serviços é reconhecida quando os serviços descritos acima são concedidos ao cliente, ou seja, após a concessão do empréstimo (serviço de originação e correspondente bancário), ou após a gestão dos recebimentos feito em nome dos debenturistas (serviço de cobrança), sendo mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber por estes, devida imediatamente no momento em que o cliente adquire os serviços descritos acima, estando assim em consonância com o CPC 47- Receita de contrato com cliente, o qual estabelece que “a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços”.

Assim, o reconhecimento da receita está em consonância com as seguintes diretrizes estabelecidas na norma:

- (i) Os contratos entre as partes identificam e formalizam as receitas oriundas das originações e serviços de avaliação, cobrança e renegociação de créditos;
- (ii) O desempenho obedece a uma lógica binária, uma vez em que as receitas são somente auferidas após as originações e efetivação dos serviços de cobranças (materializadas através dos recebimentos das CCBs), contratadas através da plataforma da Companhia;
- (iii) O preço é fixado contratualmente, e reflete os percentuais descritos acima sobre as originações e avaliações de crédito e cobrança;
- (iv) Os percentuais são aplicados de acordo com as originações e recebimentos das CCBs, conforme descrito acima;
- (v) As receitas são reconhecidas na transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, ou seja, quando concluídas as originações e efetivadas as cobranças.

6.3 Reconhecimento de despesas

As despesas são reconhecidas de acordo com a competência dos passivos adquiridos pela Companhia, reconhecidos quando esta passa a possuir uma obrigação que enseje uma provável transferência de recursos econômicos ou financeiros para a liquidação desta obrigação e seu valor de liquidação ou realização possa ser mensurado em bases confiáveis, ou ainda quando ocorrerem reduções nos benefícios econômicos futuros dos ativos.

São compostas basicamente por despesas administrativas, de folha, tecnologia, amortizações e depreciações.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

6.5 Imobilizado

O imobilizado é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está demonstrado ao custo deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

6.6 Intangível

(i) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ii) Ativos intangíveis gerados internamente

O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;

A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;

A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;

Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;

A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e

A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

6.7 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Dado que os ativos não geram fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia calcula o valor recuperável considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

6.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são avaliadas individualmente, ação por ação, por escritório especializado, sendo reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As contingências são classificadas como:

Prováveis: São constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões.

Possíveis: São divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.

Remotas: Não requerem provisão nem divulgação.

6.9 Instrumentos financeiros

De acordo com a norma (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), os ativos e passivos financeiros devem ser inicialmente mensurados pelo valor justo subsequentemente mensurados ao valor

justo, ou mantido a custo amortizado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber (incluindo os contratos de mútuos, conforme divulgados adiante, na nota explicativa 26) e outros ativos.

Por serem os recebíveis compostos basicamente por operações com Companhias do grupo e os créditos originados pela sua plataforma serem endossados a outros veículos, sem retenção de risco de crédito pela Open Co Tecnologia.

Valor justo (instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – VJR e instrumentos mensurados ao valor justo por meio dos resultados abrangentes - VJORA: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados na categoria valor justo por meio do resultado, os saldos de Aplicações Financeiras.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

6.10 Arrendamento

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros e introduz um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários.

Para todos os arrendamentos, a Companhia:

Reconhece ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros, descontados a uma taxa média de 10,95% a.a.;

Reconhece a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração do resultado; e

Segrega o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de arrendamento operacional não canceláveis, conforme detalhado na nota 10.

6.11 Normas e interpretações alteradas ou ainda não efetivas

As normas e interpretações alteradas emitidas, mas ainda não efetivas até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)** - As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:
 - Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
 - Contabilidade de hedge.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido - As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. As alterações são aplicáveis para período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual - As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.** - A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da norma em suas demonstrações financeiras.
- **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)** - As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em suas demonstrações financeiras.
- **Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: a) O que significa um direito de postergar a liquidação; b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em seus passivos.
- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e

inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração na referida norma mas não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis**
- Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, norma correlata ao CPC 26 (R1) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias de como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma na divulgação de suas políticas contábeis.
- **Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture** - As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro** - A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro. As alterações da nova norma são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conta corrente em moeda nacional	22.818	12
Aplicações financeiras - CDB (i)	106.824	9.800
Total	129.642	9.812

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários são de liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha, objetivam a gestão de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente a 101,92% (95% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("DI").

A Open Co Tecnologia, adicionalmente, detém aplicações financeiras efetuadas com instituições financeiras de primeira linha, com vencimento acima de um ano, mantidas para cobertura de eventuais riscos operacionais e externalidades negativas, como crises econômicas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Debêntures	1.049	-
Aplicações financeiras - CDB (ii)	-	361
Fundo de Renda Fixa	1.204	-
Total	2.253	361

- (ii) São remuneradas pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro ("DI") à taxa de 101,92% (95% em 31 de dezembro de 2021).

8 Contas a receber

São compostas por:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes (i)	456	1.236
Outras contas a receber (ii)	1.298	187
Total	1.754	1.423

- (i) O contas a receber é composto por *fees* de originação e serviços de avaliação de crédito e cobrança, cujos prazos médios de liquidação não ultrapassam trinta dias. Os empréstimos originados na plataforma da Companhia são cedidos para a RUGE Securitizadora, bancos parceiros e FIDCs, sem retenção de risco de crédito na Open Co Tecnologia S.A.
- (ii) Trata-se de saldos a receber de partes relacionadas por serviços de avaliação de crédito e cobrança, conforme Nota Explicativa nº 26.

9 Outros ativos

São compostos por:

	2022	2021
Impostos a recuperar	2.350	539
Seguros	-	179
Outras contas a receber (i)	58	20.500
Total	2.408	21.218

- (i) O valor de R\$20.500 trata-se de acordos de mútuos celebrados junto à Open Co Correspondente Bancário Ltda. conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26.

10 Arrendamento

A Companhia possui um ativo de direito de uso referente à locação de prédio para operacionalização do negócio, em contrapartida a um passivo de arrendamento a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são de:

Ativos de direito de uso			
	Saldos em		Saldos em
	31/12/2021	Amortização	31/12/2022
Imóveis	714	(428)	286
Total	714	(428)	286

Ativos de direito de uso			
	Saldos em		Saldos em
	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Imóveis	1.142	(428)	714
Total	1.142	(428)	714

Passivo de arrendamento				
	Saldos em		Pagamentos	Saldos em
	31/12/2021	Juros		31/12/2022
Imóveis	702	193	(715)	180
Total	702	193	(715)	180

Passivo de arrendamento				
	Saldos em		Pagamentos	Saldos em
	31/12/2020	Juros		31/12/2021
Imóveis	1.093	114	(505)	702
Total	1.093	114	(505)	702

Segue abaixo a composição por prazo de vencimento para amortização dos valores a pagar do passivo de arrendamento.

Vencimentos	
2023	180
Total	180

11 Imobilizado

	Saldo em	Adições	Transferência	(Baixas)	(Depreciação)	%	Saldo em
	31/12/2021						31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	397	608		(197)	25%	808
Equipamentos, móveis e utensílios	359	14	25	-	(65)	10%	333
Equipamentos de informática	1.082	432	166	-	(420)	20%	1.260
Total	1.441	843	799	-	(682)		2.401

	Saldo em	Adições	Transferência	(Baixas)	(Depreciação)	%	Saldo em
	31/12/2020						31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-			25%	-
Equipamentos, móveis e utensílios	402	17	-	-	(60)	10%	359
Equipamentos de informática	481	829	-	(5)	(223)	20%	1.082
Total	883	846	-	(5)	(283)		1.441

12 Intangível

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados na Nota Explicativa nº 6. 6.

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transferência	(Baixas)	(Amortização)	%	Saldo em 31/12/2022
Software	1.561	557	-	(29)	(1.190)	20%	899
Plataforma (i)	6.829	7.482	-	-	(900)	10%	13.411
Licenças e customizações	76	0	85	-	(42)	20%	119
Marcas e Patentes	-	164	-	-	-	20%	164
Total	8.466	8.203	85	(29)	(2.132)		14.593

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferência	(Baixas)	(Amortização)	%	Saldo em 31/12/2021
Software	2.992		-	-	(1.431)	20%	1.561
Plataforma (i)	6.697	937	-	-	(805)	10%	6.829
Licenças e customizações	118		-	-	(42)	20%	76
Total	9.807	937	-	-	(2.278)		8.466

(i) O ativo intangível está relacionado a plataforma “Core”, sendo essa a responsável pela criação e gerenciamento dos pedidos de empréstimos desde sua originação até a quitação do mesmo. Tendo como informação principal as régua de cobrança e informações sensíveis dos tomadores.

Em 2021 e 2022 novas funcionalidades foram implementadas a fim de flexibilizá-la para o lançamento de novos produtos, direcionado o crédito a pessoas jurídicas, limites de crédito, dentre outras funcionalidades.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

São compostos por:

	2022	2021
Fornecedores (i)	4.872	4.338
Adiantamentos de clientes	-	22
Total	4.872	4.360

(i) São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios;

14 Salários e benefícios

São compostos por:

2022	2021
------	------

Bônus a pagar	9.045	5.725
Folha de Pagamento	4.507	3.735
Encargos sobre folha de pagamento	3.126	2.398
Total	16.678	11.858

15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações.

Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista e cível.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

a. Contingências prováveis

Em 2022, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 37 (R\$ 97 em 2021), sendo compostas por 5 (cinco) processos (15 - quinze - em 31 de dezembro de 2021), conforme quadro a seguir:

2021	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2022
97	-	(19)	-	(41)	37

b. Contingências cíveis e possíveis

A Companhia figura como parte em 82 (oitenta e dois) processos judiciais cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda classificada como possível (35 (trinta e cinco) em 31 de dezembro de 2021), distribuídos da seguinte maneira:

	2022	2021
Cíveis - Possíveis	181	120
Trabalhistas – Possíveis	1	438
Total	182	558

16 Impostos a recolher

Os impostos a recolher da Companhia são compostos por:

	2022	2021
Pis	41	22
Cofins	202	102
Iss	183	156
IRRF sobre serviços tomados	42	20

INSS sobre serviços tomados	2	-
PCC sobre serviços tomados	93	60
Total	563	360

17 Outros Passivos

Em 2022, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de tributos federal e municipal para regularização dos impostos relativos a contratações de serviços de tecnologia no exterior.

	2022	2021
Parcelamento	6.986	-
Total	6.986	-

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2022, a Companhia possui 10.225 ações ordinárias detidas pela Open Co Holding Limited, nominativas e sem valor nominal.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 420.000, (R\$ 221.000 em 31 de dezembro de 2021). As subscrições e integralizações efetuadas em 2022 deram-se conforme quadro a seguir:

	2022		2021	
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Integralizado
Janeiro	-	-	-	11.962
Fevereiro	-	-	10.000	-
Março	-	-	15.000	65.000
Abril	-	-	8.000	-
Mai	-	-	6.000	-
Junho	70.000	-	40.000	-
Agosto	-	-	90.000	-
Setembro	87.176	-	30.000	-
Dezembro	-	30.000	-	8.176
Aumento de Capital Social	157.176	30.000	199.000	85.138

b. Distribuição de dividendos

Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c. Prejuízo acumulado na incorporação

Na incorporação da Open Co Correspondente Bancário Ltda. foi absorvido um prejuízo no montante de R\$13.070 referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

19 Receita de serviços

Conforme destacado na Nota Explicativa nº 6.2, as receitas estão constituídas conforme segue:

	2022	2021
Receita de origemação	18.483	22.296
Receita de avaliação, cobrança e renegociações	15.582	11.564
Impostos sobre receitas de serviços	(4.857)	(4.812)
Total	29.208	29.048

20 Custos de serviços

Os custos de serviços são compostos conforme segue:

	2022	2021
Custos de análise de crédito	(9.423)	(8.579)
Custos de formalização	(415)	(366)
Marketing	(279)	(881)
Custos de amortização de intangível	(2.090)	(2.236)
Total	(12.207)	(12.062)

21 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são compostas conforme segue:

	2022	2021
Despesa de publicidade e propaganda (i)	(5.477)	(17.298)
Despesas de tecnologia (ii)	(23.890)	(13.134)
Assessoria e consultoria	(2.300)	(4.999)
Manutenção do escritório	(871)	(764)
Assessoria jurídica	(1.157)	(1.329)
Despesas com seguros	(1.171)	(363)
Perdas com empréstimos cancelados	(44)	(147)
Assessoria contábil	(348)	(344)
Despesas com auditoria	(499)	(207)
Despesas com viagens	(726)	(230)
Taxas e licenças	(315)	(12)
Despesas com cartório	(46)	(46)
Despesas com eventos	(639)	(364)

Outras despesas gerais	(665)	(701)
Fretes	(113)	(151)
Cursos e treinamentos	(145)	(529)
Tributos (iii)	(10.368)	-
Total	(48.774)	(40.618)

- (i) Em 2022, ano de pré-eleição houve uma redução nos gastos com propaganda e publicidade em função da instabilidade política;
- (ii) Tratam-se de despesas operacionais para manutenção da estrutura de tecnologia da Companhia, como itens de informática de pequeno valor, relacionados a equipamentos de TI, bem como serviços relacionados à manutenção de plataformas e estruturas em nuvem utilizados pela Companhia, o aumento deu-se em função das adaptações e padronizações de infraestrutura tecnológica necessárias em decorrência da fusão com a Open Co Correspondente Bancário Ltda (anteriormente à fusão, denominada Rebel Tecnologia e Correspondente Bancário Ltda).
- (iii) O montante refere-se a adesão ao parcelamento de tributos federais bem como municipal (PIS/COFINS/IRRF/CIDE/ISS retidos na fonte) relativo as contratações de serviços do exterior. O valor parcelado foi de R\$7,6 milhões num total de 60 meses com atualização Selic, conforme disposto em Instrução Normativa 2.063 publicada pela Receita Federal do Brasil sobre o Parcelamento de débitos.

22 Despesas com pessoal

As despesas com pessoal estão compostas conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	(30.970)	(24.387)
Benefícios	(6.340)	(3.801)
Bônus	(8.936)	(5.571)
Prêmios e gratificações	-	(38)
Encargos sobre folha	(9.786)	(7.842)
Total	(56.032)	(41.638)

23 Receitas e despesas financeiras

Trata-se das receitas auferidas nas aplicações financeiras, descrita na Nota Explicativa nº 7 e de despesas com tarifas bancárias e IOF sobre transações financeiras e aportes de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia auferiu R\$ 7.666 com receitas financeiras (R\$ 504 em 31 de dezembro de 2021), e incorreu em R\$ 18.298 de despesas financeiras (R\$ 1446 em 31 de dezembro de 2021).

24 Resultado não operacional

Em agosto de 2022, a Companhia efetuou a venda do Software No.Gord.io, ferramenta esta utilizada pela mesma para auxílio em seus processos internos bem como na tomada de decisão

através da captação de dados conforme configuração do negócio. Com a venda do software foi apurado um ganho de capital no montante de R\$ 11.617 conforme contrato realizado.

25 Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	(87.970)	(66.964)
(+/-) Adições (Exclusões) - Temporárias	6.287	5.408
Programa de participações sobre o lucro	8.936	5.571
Despesas Indedutíveis	3.021	-
Reversão de provisões	(5.670)	(163)
(Prejuízo Fiscal)	(81.683)	(61.556)
Crédito tributário sobre prejuízos fiscais a 34% (i)	27.772	20.929

- (i) A Companhia não constituiu crédito tributário sobre os prejuízos fiscais, uma vez em que não há expectativa de base fiscal para os próximos cinco anos, e consequente realização desses créditos, contudo estes totalizam o montante de R\$ 89.694, onde em 2022 apurou-se o valor de R\$ 27.772 e o saldo de R\$ 61.922 refere-se aos períodos anteriores, conforme declarado em seus livros fiscais.

26 Transações e saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, Open Co Correspondente Bancário Ltda., a Ruge Securitizadora, a Geru Companhia de Crédito Direto S.A., a Canbras Global Inc, a sua controladora, a Open Co Holding Limited, bem como seus administradores.

As transações e os saldos da Companhia com partes relacionadas estão assim sumarizadas:

a. Transações ativas e passivas com partes relacionadas

Transações ativas

	<u>Contas patrimoniais</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ruge Securitizadora (i)	984	73	368	1.734
Open Co Correspondente Bancário S.A (ii)	-	20.500	-	-
Geru Sociedade de Crédito S.A (iii)	114	114	-	-
Boletoflex Tecnologia e Serviços S.A (iv)	200	-	-	-
Total	1.298	20.687	368	1.734

- (i) Trata-se de saldos a receber de partes relacionadas por serviços mensais de avaliação de crédito e cobrança, conforme descrito na nota 6.2.
- (ii) Trata-se de acordos de mútuos celebrados junto à Open Co Correspondente Bancário Ltda, após a incorporação da Open Co Correspondente Bancário Ltda o montante a pagar e a receber entre as companhias foi baixado.
- (iii) Trata-se de saldo a receber de partes relacionadas pela contratação e pagamento de serviços de terceiros.
- (iv) Trata-se de saldo a receber pelo contrato de mútuo celebrado entre as partes relacionadas.

b. Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2022, o valor total pago a título de remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 3.197 (R\$ 1.186 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em cotas.

27 Gerenciamento de riscos

A Open Co Tecnologia preocupa-se com a manutenção da qualidade de seus ativos, objetivando um crescimento sustentável e contribuindo para uma evolução financeira saudável e responsável. A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados à operação e está dividida da seguinte forma:

a. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Por serem os recebíveis compostos basicamente por operações com Companhias do grupo e os créditos originados pela sua plataforma serem endossados a outros veículos, não há retenção de risco de crédito pela Open Co Tecnologia.

b. Risco de mercado

O risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (*commodities*) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos.

A Companhia não possui operações sujeitas relevantemente a esses fatores.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da possibilidade de a Companhia ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

Os fluxos de caixa são projetados em vértices mensais, considerando os valores de passivos e ativos no vencimento, projeções de despesas futuras, projeções de receitas e qualquer evento que venha afetar o fluxo de caixa no horizonte de um ano, de forma a possibilitar que a Companhia mantenha um nível de liquidez capaz de suprir as necessidades de suas operações e gerenciar necessidades de novas captações.

d. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Assim, a fim de assegurar-se contra riscos operacionais diversos que venham a afetar as suas atividades, a Companhia contratou em março de 2022 Seguros de responsabilidade para administradores, e para proteção de dados e segurança cibernética, com vigência de 12 meses.

28 Eventos subsequentes

Em 2023 a empresa Boleto Flex Tecnologia e Serviços S/A foi incorporada pela companhia Open Co Holding Limited. A Open Co Tecnologia S.A como parte do conglomerado econômico da Holding, vem aportando valores em 2023 para que esta siga com suas atividades operacionais.